

ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Demonstrações Financeiras Individuais Pequenas Entidades

Exercício 2017

Índice

Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

- Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2017
- Demonstração dos Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2017
- Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de Dezembro de 2017
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de Dezembro de 2017
- Anexo

1. Nota introdutória.....	4
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	4
3. Principais políticas contabilísticas.....	5
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	6
5. Ativos fixos tangíveis.....	7
6. Custo de empréstimos obtidos.....	8
7. Rédito:.....	8
8. Imposto sobre o rendimento.....	9
9. Instrumentos financeiros.....	9
10. Benefícios dos empregados.....	9
11. Outras informações.....	9
12. Prestações do serviço de mediação de seguros ou de resseguros.....	9

Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

BALANÇO (Modelo Reduzido)

12,00

Conta Rubricas	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
43+453; Activos fixos tangíveis	5	581,79	1 367,61
Subtotal		581,79	1 367,61
Activo corrente			
211/7-219; Clientes	12	9 794,49	6 551,46
228-229; Adiantamentos a fornecedores		2 053,79	0,00
24; Estado e outros entes públicos		5 310,06	3 956,31
13+2721+278-279; Outros créditos a receber	12	41 335,50	43 664,90
281; Diferimentos		2 758,22	2 676,04
1411+1421; Activos financeiros detidos para negociação		0,00	150,00
11+12+13; Caixa e depósitos bancários		59 484,79	55 866,75
Subtotal		120 736,85	112 865,46
Total do activo		121 318,64	114 233,07
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
51-261-262; Capital subscrito	9	50 000,00	50 000,00
53; Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	9	60 000,00	70 000,00
551; Reservas legais	9	14 916,40	14 916,40
552; Outras reservas	9	47,60	47,60
56; Resultados transitados	9	-59 272,84	-85 384,77
Subtotal		65 691,16	49 579,23
818 Resultado líquido do exercício		17 746,43	26 111,93
Total do capital próprio		83 437,59	75 691,16
PASSIVO			
Passivo não corrente			
25; Financiamentos obtidos	6	0,00	7 500,00
Subtotal		0,00	7 500,00
Passivo corrente			
221/2+225; Fornecedores		114,53	15,00
24; Estado e outros entes públicos		11 360,69	14 155,72
25; Financiamentos obtidos	6	0,00	1 230,64
2712+2721/2+278; Outras dividas a pagar	12	26 405,83	15 640,55
282; Diferimentos		0,00	0,00
Subtotal		37 881,05	31 041,91
Total do Passivo		37 881,05	38 541,91
Total do capital próprio e do passivo		121 318,64	114 233,07

A Administração/Gerência

O Contabilista Certificado

Contabilidade - (c) Primavera BSS
0,00 -0,00

Demonstração de resultados por naturezas (modelo reduzido) em 12,00 de 2017

Conta		Rendimentos e Gastos	Notas	2017	2016
Pos	Neg				
71/72		Vendas e serviços prestados	7	312 149,61	288 898,27
75		Subsídios à exploração		0,00	0,00
73		Variação de Inventários na produção		0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos		-99 876,56	-85 518,30
	63	Gastos com pessoal		-176 950,73	-158 291,16
7622	652	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623/8	653/8	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos / Reduções de justo valor		0,00	0,00
78/79		Outros rendimentos	7	83,52	77,01
	68/69	Outros gastos		-10 648,39	-10 364,54
		Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		24 757,45	34 801,28
761	64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5	-785,82	-200,06
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23 971,63	34 601,22
7915		Juros e rendimentos similares obtidos	7	0,29	0,68
	69	Juros e gastos similares suportados		-17,44	-65,33
		Resultado antes de impostos		23 954,48	34 536,57
	812	Impostos sobre o rendimento do período	8	-6 208,05	-8 424,64
		Resultado líquido do período		17 746,43	26 111,93

Contabilidade - (c) Primavera BSS

A Administração/Gerência _____

O Contabilista Certificado _____

ILIDIO MAIA CASAIS CORRET. SEGUROS,LDA

Demonstrações das alterações no capital próprio dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017

(Valores expressos em euros)

Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Outras Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição em 1 de Janeiro de 2016	50 000,00	70 000,00	14 916,40	47,60	-101 045,06	15 660,29	49 579,23
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2016							
Alterações no exercício: Resultado líquido do exercício					15 660,29	-15 660,29	0,00 0,00
Operações com detentores de capital no exercício: Realização de prestações acessórias						26 111,93	26 111,93
Posição em 31 de Dezembro de 2016	50 000,00	70 000,00	14 916,40	47,60	-85 384,77	26 111,93	75 691,16
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2017							
Alterações no exercício: Resultado líquido do exercício					26 111,93	-26 111,93	0,00
Outras Operações						17 746,43	17 746,43
Operações com detentores de capital no exercício: Realização de prestações acessórias							-10 000,00
Posição em 31 de Dezembro de 2017	50 000,00	60 000,00	14 916,40	47,60	-59 272,84	17 746,43	83 437,59

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ILIDIO MAIA CASAIS CORRET. SEGUROS,LDA
Demonstrações dos fluxos de caixa
dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2017
(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		318 015,02	289 550,28
Pagamentos a fornecedores		-58 358,70	-56 024,65
Pagamentos ao pessoal		-141 622,35	-113 732,29
Caixa gerada pelas operações		<u>118 033,97</u>	<u>119 793,34</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-9 778,33	-3 909,69
Outros recebimentos/pagamentos		-86 244,74	-77 675,23
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>22 010,90</u>	<u>38 208,42</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	-597,86
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>0,00</u>	<u>-597,86</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-8 392,86	-16 166,64
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-10 000,00	0,00
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>-18 392,86</u>	<u>-16 166,64</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		3 618,04	21 443,92
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		55 866,75	34 422,83
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		59 484,79	55 866,75

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA

**Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017**

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA, com NIF 501314962, foi constituída em 1982, tem a sua sede na Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro , 89, Parede. A Empresa tem como atividade principal a mediação de seguros.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2017 as demonstrações financeiras da ILIDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

f) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

g) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas, foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, o euro é a moeda funcional, e foram preparadas tendo por base o modelo do custo.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	
Equipamento de transporte	
Ferramentas e utensílios	
Equipamento administrativo	3-10
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

3.3. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.4. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas ‘Perdas de imparidade acumuladas’, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.6. Capital social

As quotas são classificadas em capital próprio.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito, quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1 Alterações nas Políticas Contabilísticas

Não se procedeu à alteração de políticas contabilísticas nos períodos apresentados.

4.2 Alterações nas Estimativas Contabilísticas

Não se procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no exercício ou em exercícios futuros.

4.3 Erros de períodos anteriores

Não foi identificado no exercício corrente qualquer erro relativo a exercícios anteriores passível de correção.

9

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2016 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					Saldo em 31- Dez-2016
	Saldo em 01- Jan-2016	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	116 313,43	597,86	-	-	-	116 911,29
Outros ativos fixos tangíveis	1 815,77	-	-	-	-	1 815,77
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	118 129,20	597,86	-	-	-	118 727,06

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	115 343,61	200,06	-	-	-	115 543,67
Outros ativos fixos tangíveis	1 815,78	-	-	-	-	1 815,78
	117 159,39	200,06	-	-	-	117 359,45

31 de Dezembro de 2017

	Saldo em 01- Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31- Dez-2017
Custo:						
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	116 911,29	-	-	-	-	116 911,29
Outros ativos fixos tangíveis	1 815,77	-	-	-	-	1 815,77
Investimentos em curso	-	-	-	-	-	-
	118 727,06	-	-	-	-	118 727,06

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	115 543,67	241,37	-	-	-	115 785,04
Outros ativos fixos tangíveis	1 815,78	544,45	-	-	-	2 360,23
	117 359,45	785,82	-	-	-	118 145,27

6. Custo de empréstimos obtidos

O movimento ocorrido no custo de empréstimos obtidos, nos exercícios de 2016 e de 2017 foi o seguinte:

	2017			2016		
	Quantia Bruta	Custo de empréstimos capitalizados	Taxa de capitalização	Quantia Bruta	Custo de empréstimos capitalizados	Taxa de capitalização
Empréstimos Obtidos	-	-	-	8 375,08	-	-
	-	-	-	8 375,08	-	-

7. Rédito

	31/dez/17	31/dez/16
Venda de bens:		
Vendas de mercadorias e produtos	-	-
Devoluções de vendas	-	-
Descontos e abatimentos	-	-
Total de vendas	-	-
Prestação de serviços		
Comissões	312 149,61	288 898,27
Descontos e abatimentos	-	-
Total de prestação de serviços	312 149,61	310 894,03
Outros rendimentos e ganhos:		
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em associadas	-	-
Outros	83,52	77,01
Total de outros rendimentos e ganhos	83,52	77,01
Juros dividendos e outros rendimentos	-	-
Juros obtidos	0,29	0,68
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total de juros, dividendos e outros rendimentos	0,29	0,68

8. Imposto sobre o rendimento

	31/dez/17		31/dez/16	
	Base Fiscal	Imposto	Base Fiscal	Imposto
Lucro ou prejuízo fiscal	23 954,48		34 536,57	
Diferenças temporárias	-		-	
Diferenças permanentes	6 208,05		8 424,64	
Resultado após impostos	<u>17 746,43</u>		<u>26 111,93</u>	
Encargo normal de imposto		4 570,24		6 636,51
CFEI				
Derrama				
Tributação autónoma		1 637,81		1 788,13
Total de Imposto		<u>6 208,05</u>		<u>8 424,64</u>

9. Instrumentos financeiros

9.1. Alterações do capital próprio

	Valor Inicial	Aumento	Diminuição	Valor final
Capital	50 000,00	-	-	50 000,00
Quotas próprio	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital próprio	70 000,00	-	10 000,00	60 000,00
Prémios de emissão	-	-	-	-
Reservas	14 964,00	-	-	14 964,00
Resultado transitados	(85 384,77)	26 111,93	-	(59 272,84)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações no capital próprio	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício				
	<u>49 579,23</u>	<u>26 111,93</u>	<u>10 000,00</u>	<u>65 691,16</u>

10. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o ano foi de 7.

11. Outras informações

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Prestações do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

a) Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Ilídio Maia Casais Corretores de Seguros Lda, reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admitindo exceções – no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento, aquando da prestação de contas do mediador às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo;

Por natureza	Remunerações	
	Ano N	Ano N-1
Numerário		
Espécie		
Total		
Por tipo	Remunerações	
	Ano N	Ano N-1
Comissões	312 149,61 €	288 898,27 €
Honorários		
Outras remunerações		
Total	312 149,61 €	288 898,27 €

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguros desagregados por Ramo Vida, fundos de Pensões e conjuntos Não vida, e por origem;

Por entidade (origem)	Remunerações		
	Ramo Vida	Ramo não vida	Fundo de pensões
Empresas de seguros	14 152,81 €	297 996,80 €	
Outros mediadores			
Clientes (outros)			
Total	14 152,81 €	297 996,80 €	

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira;

Por entidade (origem)	Remunerações %	
	Ano N	Ano N-1
Empresas de seguros	88,42%	98,85%
Outros mediadores	1,13%	1,15%
Clientes (outros)		
Total		

e) Valores das contas "clientes";

Contas "clientes"	Valores das contas de "clientes"	
	Ano N	Ano N-1
Início do exercício	6 551,46 €	5 040,72 €
Final do exercício	9 794,49 €	6 551,46 €
Volume movimentado no exercício		
A débito	312 488,24 €	293 064,03 €
A crédito	308 913,78 €	291 928,29 €

94

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem;

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros		
Empresas de resseguros		
Outros mediadores		
Cientes (outros)	41 335,50 €	26 405,83 €
Total	41 335,50 €	26 405,83 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar;

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)		
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro		
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		
Outras quantias	41 335,50 €	26 405,83 €

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato;

Contas a receber	Ano N-1	Ano N
Sem imparidade	- €	- €
Com imparidade	- €	- €
Total	- €	- €

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito;

	valor	
	Ano N-1	Ano N
Garantias (caução)/aumento de crédito	- €	- €

g
d

J) Transmissão de carteiras de seguros;

	Carteiras de seguros			
	Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
	Ano N-1	Ano N	Ano N-1	Ano N
Carteiras de seguros				

K) Contratos cessados com empresas de seguro e indemnização de clientela;

	Indemnização de clientela	
	Ano N-1	Ano N
Contratos de mediação de seguros cessados	- €	- €

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes;

	Obrigações materiais	
	Ano N-1	Ano N
Obrigações materiais	- €	- €

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corrector de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total de remunerações;

Empresas de seguros	Remunerações			
	Ramo Vida/Não Vida/Fundos de pensões			
	€		%	
	Ano N-1	Ano N	Ano N-1	Ano N
Victoria RR	126 269,74 €	139 767,85 €	43,71%	44,78%
Lusitânia	37 842,08 €	37 109,22 €	13,10%	11,89%
Ocidental	22 808,15 €	21 861,68 €	7,89%	7,00%
Generali	2 487,63 €		0,86%	0,00%
Tranquilidade		6 787,96 €	0,00%	2,17%
Mapfre		312,70 €	0,00%	0,10%
Real Vida		4 635,08 €	0,00%	1,48%
Caravela		22 679,24 €	0,00%	7,27%
Metife		256,45 €	0,00%	0,08%
Ageas		1 555,90 €	0,00%	0,50%
Açoreana	10 433,77 €	13 561,53 €	3,61%	4,34%
Victoria Vida	10 682,73 €		3,70%	0,00%
Lusitânia - Vida		173,28 €	0,00%	0,06%
Fidelidade+ Bonança	16 843,16 €		5,83%	0,00%
Liberty	36 901,63 €	27 294,00 €	12,77%	8,74%

9

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgado poderes de cobrança;

	Valor total dos fundos	
	Ano N-1	Ano N
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corrector não tem poderes de cobrança	- €	- €

	Valor total dos fundos	
	Ano N-1	Ano N
Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	- €	- €

p) Valor total dos fundos que lhe foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas;

	Valor total dos fundos	
	Ano N-1	Ano N
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	- €	- €

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Ilídio Maia Casais – Corretores de Seguros, Lda, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 121.318,64 euros e um total de capital próprio de 83.437,59 euros, incluindo um resultado líquido de 17.746,43 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

2

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

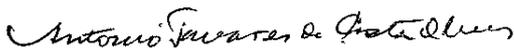
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 28 de março de 2018

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por


António Tavares da Costa Oliveira (ROC nº 656)



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 952 – Matrícula nº 2454 CRC Cascais

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Através do presente relatório de gestão, vem a Administração da empresa, dar conhecimento aos Acionistas e terceiros que com a empresa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela ILÍDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA no período findo de 2017.

Assim:

I – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2017 registou-se um crescimento económico positivo a nível global, à medida que o ciclo de recuperação económica iniciado em meados de 2016 se continua a reforçar, impulsionado pela recuperação do investimento e do comércio, bem como pelas condições financeiras favoráveis. Estas revisões em alta são mais acentuadas nas economias avançadas, particularmente nos Estados Unidos, mas as perspetivas de crescimento também melhoraram para alguns mercados emergentes, incluindo a China.

No curto prazo, o momento económico robusto, é consistente com a força do comércio e com a confiança das famílias entre a maioria dos mercados emergentes e economias avançadas.

Apesar das melhorias visíveis ao longo do ano transato, denotam-se alguns riscos que podem reverter a situação atual. Entre eles, a possibilidade de agravamento de tensões geopolíticas a nível internacional, destacando-se a situação no Médio Oriente e na península Coreana. Numa ótica de risco nacional e europeu, a instabilidade política que se vive na Catalunha, bem como a possibilidade das economias avançadas adotarem medidas protecionistas no médio prazo, onde se inclui a hipótese de um impacto mais adverso do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, poderão contribuir também para agravar a incerteza política a nível global. Também não se pode excluir o cenário de um ajustamento económico mais acentuado em algumas economias de mercado emergentes com elevado nível de endividamento, com destaque para a China.

Ainda assim, as previsões até 2020 são genericamente positivas, até quando está previsto que a expansão se mantenha sólida e sustentada entre os vários setores e economias, e uma continuação do crescimento do consumo privado e da recuperação do investimento.

I.1 A Nível Internacional e Europeu.

Segundo o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), o aumento cíclico em curso desde 2016 continuou a fortalecer-se, com o PIB mundial a subir para os 3,7% em 2017, um valor ligeiramente superior ao registado em 2016, tendo sido mais pronunciado na Europa e na Ásia. Entre as economias avançadas, o crescimento foi mais notório na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos. Nos principais mercados emergentes e economias em desenvolvimento, onde se inclui o Brasil, China, e África do Sul, o crescimento também foi notório, especialmente a partir do terceiro trimestre de 2017.

Nos Estados Unidos, a atividade económica continua dinâmica, apoiada por uma série de fatores positivos, como sendo as fáceis condições financeiras, o dólar mais fraco, a expansão no setor energético e uma forte procura externa. É expectável que a recente reforma fiscal



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 962 – Matrícula nº 2454 CRC Cascais

acordada também sirva como estímulo à economia americana nos próximos anos, dando continuidade ao perfil ascendente verificado.

Na Europa, e de acordo com os dados divulgados pelo Eurostat, tanto na Zona Euro como na União Europeia, o PIB real cresceu 2,5% durante o ano de 2017, apresentando a taxa mais alta em dez anos, superando assim todas as expectativas. Esse crescimento foi impulsionado pelos fortes contributos da procura interna e, em especial, pelas despesas de investimento fixo. Estas duas economias cresceram, pelo menos, 0,6% em cinco trimestres consecutivos, dando continuidade à transição de uma recuperação para uma expansão económica.

Em relação ao emprego, os dados relativos ao último mês de dezembro revelam que a taxa de desemprego da Zona Euro situou-se nos 8,7% e a da União Europeia nos 7,3%, atingindo o nível mais baixo desde janeiro de 2009 e outubro de 2008, respetivamente, sendo que o número de pessoas empregadas atingiu o valor mais alto alguma vez registado. Também se verificou uma diminuição do emprego jovem, de 20,3% em dezembro de 2016 para 17,9% em dezembro de 2017 na Zona Euro, e de 18,0% para 16,1% na União Europeia. Contudo, o número total de horas trabalhadas permanece em níveis abaixo dos registados antes da crise financeira (cerca de 3%), apesar de continuarem a crescer em linha com a criação de emprego. Isto reflete uma mudança na composição do emprego para uma maior participação no emprego a tempo parcial. Ainda assim, as condições do mercado de trabalho melhoraram em todos os Estados Membros.

A dívida pública manteve um perfil descendente durante o ano de 2017, situando-se nos 88,1% para a Zona Euro e nos 82,5% na União Europeia, no terceiro trimestre de 2017, apresentando, assim, níveis mais baixos do que o período homólogo, resultado de um impulso cíclico mais forte na Europa, onde os mercados de trabalho continuam a melhorar, evidenciando um aumento na atividade económica mais forte do que o esperado.

A inflação global, durante o ano de 2017 permaneceu moderada, atingindo os 1,4% em dezembro, ficando acima do valor registado em dezembro de 2016 (1,1%), em muito devido ao impacto do aumento dos preços dos produtos energéticos. Conforme a análise realizada pelo FMI, o aumento dos preços dos produtos energéticos em cerca de 20% entre agosto e dezembro de 2017, para aproximadamente 60 dólares por barril, deveu-se à melhoria das perspetivas de crescimento global, aos eventos climáticos registados nos Estados Unidos, à extensão do acordo OPEC+ para limitar a produção de petróleo, e às tensões geopolíticas no Médio Oriente. Estes valores geraram um aumento na inflação geral das economias avançadas, não tendo, contudo, afetado nem a inflação salarial nem a de preços-base.

Em termos cambiais, e segundo dados da Comissão Europeia, o euro valorizou-se em mais de 2% em termos nominais efetivos desde novembro de 2017, e em 7% contra o dólar americano, evolução explicada pelos factos da economia ter crescido mais do que o expectável e por existir uma baixa incerteza política e uma forte expectativa de normalização das políticas monetárias na Europa. A libra esterlina também foi apreciada em cerca de 4%, uma vez que o Banco de Inglaterra aumentou as suas taxas de juro em novembro. Já o iene foi depreciado em 5%. Assim, tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2017 situava-se nos 1,0465 e no final do mesmo ano subiu para 1,1993, tendo apresentado um perfil ascendente ao longo de todo o ano, contrariando o perfil verificado em 2016, assim como a cotação EUR/CHF (no início do ano encontrava-se nos 1,0711, fechando com 1,1704). Em relação ao iene, verificou-se uma desvalorização nos primeiros meses de 2017, tendo em abril atingido um valor mínimo de 116,01, mas começando a valorizar-se ao longo dos restantes meses, tendo fechado o ano nos 135,01. Quanto à libra esterlina, o perfil não foi linear, tendo sido de 0,8514 no início do ano e de 0,88723 no final, atingido um pico de 0,92328 no final de agosto. Nas economias emergentes,



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 962 – Matrícula nº 2454 CRC Cascais

o peso mexicano depreciou-se em 7%, devido às incertezas associadas às negociações em curso do NAFTA, tendo os fluxos de capitais destas economias permanecido resilientes.

Nos mercados de títulos soberanos, as yield de referência da União Europeia aumentaram desde a passagem do ano, apesar de permanecerem em níveis baixos. A maioria dos spreads continuou a diminuir à medida que as perspetivas económicas e fiscais se fortaleceram. Nos Estados Unidos, as yield do Tesouro a 10 anos subiram.

Os preços das ações nas economias avançadas continuam a evoluir de forma positiva, impulsionadas pelo sentimento positivo quanto às perspetivas de lucro e de uma normalização da política monetária num ambiente de fraca inflação e de baixa volatilidade. Desde 2008 que o Banco de Inglaterra não aumentava a sua taxa de juro de referência, tendo-o feito em novembro de 2017, prevendo uma queda na economia e um aumento da inflação. Também a Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou a taxa de juro de referência pela terceira vez no prazo de um ano. Já o Banco Central Europeu anunciou que manteria as taxas de juro em níveis historicamente baixos e que a partir de janeiro deste ano iria diminuir as suas compras líquidas de ativos

O comércio mundial tem crescido fortemente, suportado por uma recuperação no investimento, principalmente entre os países desenvolvidos, e pelo aumento da produção industrial na Ásia. Também o poder de compra tem aumentado, consistente com a forte confiança dos consumidores, o que aponta para uma demanda final saudável.

1.2 A nível Nacional

Segundo o Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2017 notou-se uma ligeira subida no crescimento da atividade económica face ao último trimestre de 2016, tendo, contudo, esse crescimento abrandado no segundo semestre, essencialmente devido à desaceleração das exportações, conforme explicado no parágrafo seguinte. Ainda assim, a sua evolução, no conjunto dos três primeiros trimestres, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento quando em comparação com a zona euro. Também o crescimento do PIB foi superior ao da zona euro no primeiro semestre de 2017.

Em relação às exportações, registou-se um forte crescimento no primeiro semestre de 2017, especialmente marcado no segundo trimestre, essencialmente devido à evolução do turismo, tendo o seu ritmo abrandado no semestre seguinte, muito devido à componente de bens energéticos, especialmente no terceiro trimestre, onde se registou um abrandamento das exportações do turismo, mas, ainda assim, conseguindo manter um crescimento significativo.

As importações desaceleraram ligeiramente no terceiro trimestre de 2017 face ao primeiro semestre, essencialmente devido à redução significativa da componente energética.

Assim, no que respeita à balança corrente e de capital, registou-se uma ligeira redução do seu excedente (em percentagem do PIB) nos três primeiros trimestres de 2017, face a 2016, refletindo a redução do excedente da balança de bens e serviços.

Quanto ao nível de emprego, notou-se um crescimento do mesmo e uma recuperação da população ativa. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego média anual em 2017 situou-se nos 8,9%, tendo-se verificado uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016. Em termos trimestrais, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017 situou-se nos 8,1%, abaixo do trimestre anterior e do trimestre homólogo. A taxa de desemprego jovem também



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 982 – Matrícula nº 2454 CRC Cascais

diminuiu, situando-se nos 23,9% em 2017, menos 4,1 pontos percentuais que em 2016.

A população desempregada continuou a registar uma diminuição, observada desde o segundo trimestre de 2016. A estimativa anual para 2017 é de 462,8 mil pessoas desempregadas, tendo-se verificado uma diminuição de 19,2% em relação ao ano anterior, e de 4.756,6 mil pessoas empregadas, tendo aumentado 3,3% em relação ao período homólogo.

A confiança dos consumidores mostrou um perfil ascendente, principalmente no primeiro semestre de 2017, essencialmente devido ao aumento do rendimento disponível real, bem como à melhoria das condições de trabalho e da manutenção das condições de financiamento, o que resultou num aumento do consumo privado, e, apesar do abrandamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) verificado no segundo semestre, a procura interna manteve um ritmo de crescimento forte.

Já a inflação, aumentou em 2017, estimando-se uma taxa anual de 1,6%, após um aumento de 0,6% em 2016, para a qual contribuiu o aumento dos preços dos bens energéticos (cerca de 4%) e dos serviços, principalmente os relacionados com o turismo, bem como o aumento dos preços de importação, tanto de bens energéticos como não energéticos, e um aumento dos custos unitários de trabalho, resultantes de uma redução de produtividade.

No final de 2017, a dívida pública situou-se nos 242,6 mil milhões de euros, registando-se subidas ao longo do ano, atingindo um pico em agosto, onde excedeu os 250 mil milhões de euros, e só começou a diminuir nos últimos quatro meses. Comparando com 2016, registou-se um aumento de 1,6 mil milhões de euros, tendo contribuído o acréscimo de títulos de dívida pública e dos certificados do Tesouro. Contudo, estas variações foram parcialmente compensadas pelos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos pelo FMI. Em termos de percentagem do PIB, estima-se que a mesma tenha sido de 126,2%, abaixo da registada em 2016 (130,1%). Ainda assim, em comparação com a Zona Euro, Portugal continua a ser dos países com maior dívida pública, ficando apenas abaixo da Grécia e da Itália.

Em relação ao défice orçamental, situou-se nos 0,3% do PIB nos três primeiros trimestres de 2017, quando no período homólogo se encontrava nos 2,8% e no primeiro semestre de 2017 nos 1,9%, sendo que a meta anual do governo era de 1,4%. Do lado da receita, cujo crescimento foi acima do previsto (registou-se um aumento das receitas públicas de 3,8% face ao ano anterior, tendo sido previsto 1,4%), contribuíram os impostos indiretos, com destaque para o IVA e as contribuições sociais, mas também houve um reforço dos impostos diretos (IRS e IRC) e um forte aumento da receita de capital. Do lado da despesa, notou-se um aumento de 1,6% face ao ano anterior, superando o previsto (0,5%), em muito devido ao aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo aumento do número de efetivos no Sistema Nacional de Saúde (SNS), tendo-se também observado um recuo nos apoios sociais e nos juros, que compensaram o crescimento do investimento e do consumo intermédio. De notar que estes dados não incluem o impacto da recapitalização da CGD, que poderá agravar estes resultados para o ano corrente.



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 962 – Matrícula nº 2454 CRC Cascais

II – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

Volume de negócios

O volume de Vendas e serviços prestados (312.149,61 euros) aumentou face ao exercício anterior (288.898,27 euros).

Investimento

O Ativo fixo tangível líquido (581,79 euros) decresceu face ao exercício anterior (1.367,61 euros).

Resultados operacionais

Os resultados operacionais atingiram o montante de 23.971,63 euros, decresceram face ao exercício anterior (34.601,22 euros).

Resultados financeiros

Os resultados financeiros da Empresa, que totalizaram 17,15 euros negativos tiveram uma evolução favorável face ao ano anterior (64,65 euros negativos)

Resultados líquidos

Os resultados líquidos da Empresa, que totalizaram 17.746,43 euros tiveram uma evolução desfavorável face ao exercício anterior (26.111,93 euros).

Situação económica/financeira

	Ano N	Ano N-1
Autonomia Financeira	68,78%	66,26%
Cobertura do imobilizado	14.341,53%	6.082,95%
Solvabilidade	220,26%	196,39%

III – GESTÃO DO RISCO

Através do processo de gestão de risco, a Administração da ILÍDIO MAIA CASAIS CORRETORES DE SEGUROS, LDA. controla as incertezas e ameaças que podem afetar os seus negócios, tendo como objetivo a criação de valor.

As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entendemos que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 962 – Matrícula nº 2454 CRC Cascais

IV – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

V – EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

V.1. Cenário macroeconómico

Para 2018 e 2019, as projeções do FMI apontam para uma melhoria ligeira do desempenho da economia mundial, assente na manutenção do crescimento das economias avançadas, e numa gradual retoma de crescimento das economias emergentes, especialmente dos países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia). Esta projeção aponta, contudo, para um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise síria e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento das áreas em desenvolvimento da Europa e Ásia Central tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2015, à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e recessão na Rússia colocam desafios adicionais a esta macrorregião. O crescimento da Turquia esteve em linha com as expectativas de retraimento motivadas pela contração do sector do turismo. A recessão na Rússia sustém ainda o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação gradual na Zona Euro deverá estabilizar o crescimento na Europa Central e Oriental ao longo do horizonte de previsão.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que, em 2018, se prolongue a linha de recuperação económica moderada, já visível em anos anteriores. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no horizonte de previsão 2018-2019, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, e em linha com o comportamento macroeconómico nacional, particularmente desde 2014.

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar o fomento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). Este indicador apresentará em 2018 e 2019 um crescimento sustentado, com variações máximas estimadas de 0,2 pontos percentuais entre os períodos.

De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações. Por sua vez, o consumo privado deverá registar um período de estabilização durante os períodos económicos da previsão na ordem dos 1,3%/1,4%. Também para o mesmo horizonte de projeção se prevê que a taxa de poupança mantenha a trajetória descendente observada nos dois anos anteriores.



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 962 – Matricula nº 2454 CRC Cascais

As exportações deverão retomar um ritmo de crescimento sustentado em 2018, em linha com o período anterior a 2016 (ano em que um abrandamento foi registado), invertendo-se nos restantes períodos de análise.

Relativamente ao mercado de trabalho é prevista uma melhoria deste indicador. O Governo prevê uma redução da taxa de desemprego de 10,3%, corroborando a perspetiva de descida moderada vaticinada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Após uma relativa estabilização da inflação em 2016, projeta-se um aumento progressivo dos preços em consonância com o crescente contributo positivo da componente não energética (1,4% em 2017, 1,5% em 2018 e 2019).

No entanto, à semelhança do ocorrido em 2017, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global (a mais clara entre os Estados Unidos e a China), das crises sociais e políticas europeias (aparecimento, e potencial eleição, de partidos eurocéticos com agendas mais estremadas, apenas a título de exemplo) e, em particular, da resposta institucional das instâncias europeias ao pós-crise das dívidas soberanas na área do euro.

Portugal terá de promover o desenvolvimento económico num quadro internacional ainda marcado pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), e que se encontra ainda em processo de demorada reversão. Este desenvolvimento terá que passar necessariamente pelo aumento da eficiência do sistema judicial e pela redefinição do papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira, e em que medida a União Europeia, enquanto macrorregião e união económica de estados, se reestruturará internamente e se fará impor no conturbado plano geopolítico internacional.

V.2 Evolução previsível da sociedade

A gerência considera que, face às políticas de gestão a encetar, o próximo exercício irá decorrer com performances melhores do que as ocorridas no presente exercício.



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 962 – Matricule nº 2454 CRC Cascais

VI - O número e o valor nominal das quotas ou ações próprias adquiridas ou alienadas durante o exercício e detidas no fim do exercício, motivos e preços

Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício.

VII – SUCURSAIS

No presente exercício a Sociedade não desenvolveu a sua atividade através de qualquer sucursal

VIII - As autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existe qualquer autorização concedida a negócios entre a Sociedade e os seus Sócios nos termos do art 397º do Código das Sociedades Comerciais.

IX – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do exercício, que ascendeu a 17.746,43 euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados, 17.746,43 euros;

X – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E ACORDOS DE PAGAMENTO

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

XI – AGRADECIMENTOS

A Gerência da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Lisboa, 28 de Março de 2018

A Gerência,



ILÍDIO MAIA CASAIS – Corretores de Seguros, Lda.
NOVAS FORMAS DE ASSISTÊNCIA EM SEGUROS

Praceta Dr. Francisco Sá Carneiro, 89 – 2775-286 PAREDE
Tel.: 21 458 84 20 – Fax: 21 458 84 29
www.imcseguros.pt – E-mail: geral@imcseguros.pt
Capital Social: 74.820€ – NIPC 501 314 962 – Matrícula nº 2454 CRC Cascais

Anexo ao relatório de gestão

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

1 - Relação dos membros dos órgãos de Administração e respectivas acções:

- Ilídio Maia Reis Casais (gerente) que detém 80% do Capital Social;
- Carlos Alberto Jerónimo (gerente) que detém 20% do Capital Social.

2 - Relação dos sócios com um décimo do capital:

- Ilídio Maia Reis Casais (gerente) que detém 80% do Capital Social;
- Carlos Alberto Jerónimo (gerente) que detém 20% do Capital Social.

Lisboa, 28 de Março de 2018

A Gerência,